



Colégio  
M0001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Maior/2025

## Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'R18', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Ter problemas na vida é inevitável, ser derrotado por eles é opcional.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, caneta marca texto, líquido corretivo, régua, borracha ou calculadora durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto seguinte.

**As duas memórias**

O filósofo francês Henri Bergson distinguiu dois tipos de memória, dos quais nos servimos ao longo da vida: a memória-hábito e a memória-pura. Na memória-hábito, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas; na memória-pura, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos, lembranças isoladas, que constituiriam autênticas ressurreições do passado.

A análise do cotidiano mostra que a relação entre essas duas formas de memória é, não raro, conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação, restaria pouca margem para o devaneio onde flui a evocação espontânea das imagens e das lembranças avulsas. O contrário também é verdadeiro: o sonhador resiste ao enquadramento nos hábitos, que é peculiar ao homem de ação.

A memória-hábito adquire-se pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos e palavras. Ela é um processo que se dá pelas exigências da socialização. Graças à memória-hábito, sabemos “de cor” os movimentos que exigem, por exemplo, o comer segundo as regras da etiqueta, o falar uma língua estrangeira, o dirigir um automóvel, o costurar, o datilografar etc.

No outro extremo, a lembrança pura, quando se atualiza na imagem-lembrança, traz à tona a consciência de um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Sonho e poesia são, tantas vezes, feitos dessa matéria que estaria latente nas zonas profundas do psiquismo, a que Bergson não hesitará em dar o nome de “inconsciente”.

A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia a dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente. “Memória-sonho” e “memória-trabalho” também seriam denominações justas, para bem distingui-las.

(Adaptado de: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade – Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 11)

1. A relação de conflito que se estabelece entre duas memórias deve-se ao fato de que
  - (A) há uma tendência, nos usos que se fazem dela, a privilegiar o valor de uma em detrimento da outra.
  - (B) cada uma delas é exercida de modo a suprimir os hábitos cotidianos que servem ao apoio da outra.
  - (C) suas naturezas implicam operações que divergem muito quanto à função que exercem em nossa vida.
  - (D) a utilidade que ambas demonstram nas práticas cotidianas não costuma ser reconhecida por quem delas se vale.
  - (E) a espontaneidade própria da ação de cada uma faz com que às vezes acabem superpondo suas funções.

---

2. Na caracterização dos dois tipos de memória, fica claro que
  - (A) a memória-hábito implica uma rigorosa individualização das nossas lembranças pessoais.
  - (B) nas imagens-lembranças importa muito a utilidade que carregam para as decisões presentes.
  - (C) na memória-pura valoriza-se sobretudo a dinâmica que imprime às ações cotidianas.
  - (D) a imagem-lembrança favorece a expressão poética que emerge do fundo das criaturas.
  - (E) a memória-trabalho, ao contrário da memória-hábito, afasta-se das ações cotidianas.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *autênticas ressurreições do passado* (1º parágrafo) = legítimas ressuscitações do decorrido.
  - (B) *entra na bitola dos hábitos* (2º parágrafo) = expande-se pelos trilhos habituais.
  - (C) *evocação espontânea das imagens* (2º parágrafo) = interpelação natural das figuras.
  - (D) *se dá pelas exigências da socialização* (3º parágrafo) = vai de encontro aos fins sociais.
  - (E) *latente nas zonas profundas do psiquismo* (4º parágrafo) = emerso do fundo da consciência.

---

4. Está plenamente correta a redação da seguinte frase:
  - (A) Das memórias em que nos valem nem sempre nos cabem reconhecer sua utilidade.
  - (B) Imprime-se nas memórias caracterizadas por Bergson a distinção entre suas duas naturezas.
  - (C) Resultam com o esforço da atenção e da repetição a utilidade desse tipo de memória.
  - (D) A resistência de que se aplica ao esquecimento aproximam essas imagens da poesia.
  - (E) Diante do aspecto prático da memória-trabalho opõem-se a poesia das imagens-lembranças.



5. O sonhador resiste ao enquadramento nos hábitos, que é peculiar ao homem de ação.  
Reescrevendo-se com correção e coerência a frase acima, de modo a começar por *Peculiar ao homem de ação*, deve seguir-se como complemento:
- (A) resiste o sonhador aos hábitos de enquadramento.  
(B) o hábito de enquadramento resiste ao sonhador.  
(C) os hábitos de enquadramento desafiam o sonhador.  
(D) um sonhador não se enquadra nesses hábitos.  
(E) o enquadramento nos hábitos é rejeitado pelo sonhador.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto seguinte.

**[Poetas moços e velhos poetas]**

*Hoje vos entretereirei, caros leitores, com certo aspecto da vida literária. Aqueles que fazem versos e já atingiram a idade madura costumam receber pedidos de outros que também fazem mas estão na casa dos vinte. Parece que é esse um dos prêmios (muito discutíveis) de envelhecer: ser solicitado pelos mais novos a dar opinião sobre os vagidos do talento.*

*A coisa se dá assim: o moço apresenta-se confiante, munido de seus versos; o “mestre” responde benévolo, paciente, minucioso, interessado em pormenores biográficos, ocultando sua vaidade sob um verniz de simpatia: “Escreva sempre, meu filho”. A isto se chama vida literária.*

*Sendo a literatura fenômeno socializante por excelência, contudo permanece fenômeno individual quanto à produção. E eu vos pergunto: pode a experiência do mais idoso servir à hesitação do jovem, dissolvê-la em certeza, encaminhá-lo a rumo certo? A vida responde a tudo isso repetindo a situação: todos os dias moços fazem consultas e todos os dias os “maduros” atendem com indicações, conselhos, receitas de poesia.*

*É certo que cinco ou dez anos depois a receita foi esquecida e o mestre com ela. Sucede também que após esse lapso de tempo o mestre seja não apenas esquecido, mas negado. Ataca-se o mestre, descobre-se que ele não o é. Na força do adulto, vingasse o homem das debilidades do período de crescimento físico e intelectual, negando o que adorara. Os mestres da poesia não escapam a essa contingência, e ao escreverem uma “carta ao jovem poeta” deveriam meditar bem na escolha das palavras e no prazo de validade do sortilégio.*

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Passeios na ilha**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 113-114)

6. Na relação entre poetas de diferentes gerações, o autor do texto considera
- (A) a perene e irredutível submissão dos poetas jovens aos mestres desse gênero literário.  
(B) a vaidade que os veteranos experimentam aos serem tão respeitosamente consultados.  
(C) o franco destemor de que se valem os poetas experientes para acusar os vícios dos jovens.  
(D) o alento sincero que os mais velhos imprimem à arte promissora dos mais jovens.  
(E) a rara contingência de um jovem estreante acatar os aconselhamentos dos mais velhos.
- 
7. *Sendo a literatura fenômeno socializante por excelência, contudo permanece fenômeno individual quanto à produção.* (3º parágrafo)
- Na afirmação acima, considera-se que
- (A) a excelência da literatura está no fato de que ela se produz comunitariamente para realçar as virtudes individuais.  
(B) o aprimoramento da qualidade de uma literatura deve-se à sua natureza social, que suprime o limite de uma criação solitária.  
(C) a origem da criação literária prende-se à condição individual do autor, conquanto ganhe repercussão como expressão social.  
(D) a contradição entre ser uma criação social que valoriza os indivíduos faz suspeitar da qualidade de uma literatura.  
(E) o sentido da socialização de uma literatura fica bem marcado quando se desgarra de uma iniciativa pessoal.
- 
8. São momentos diferentes que exprimem duas atitudes opostas:
- (A) *já atingiram a idade madura // ser solicitado pelos mais novos.*  
(B) *o moço apresenta-se confiante // o mestre responde benévolo.*  
(C) *servir à hesitação do jovem // dissolvê-la em certeza.*  
(D) *os moços fazem consultas // negando o que adorara.*  
(E) *não apenas esquecido, mas negado // ataca-se o mestre.*



9. O velho poeta disse ao mais novo que a autoridade que hoje este lhe reconhecia se dissiparia com o tempo, e que a admiração juvenil se converteria em desprezo.
- Transpondo-se a passagem acima para o discurso direto, ficará: **O velho poeta disse ao mais novo:**
- (A) – A autoridade que você hoje reconhece em mim dissipar-se-á com o tempo, e sua admiração de jovem se converterá em desprezo.
- (B) – Hoje, que a autoridade me está concedida, dissipa-se com o tempo, pois a jovialidade da admiração se tornará desprezível.
- (C) – Você agora me reconhece com autoridade, todavia ela se dissipará com o tempo, desprezando-se em sua admiração juvenil.
- (D) – Conquanto reconheça você hoje minha autoridade, será como desprezo que ela se dissipará ao ser tão juvenil.
- (E) – Reconheces em mim a autoridade de hoje, mas o tempo da tua admiração juvenil passará a me converter em desprezo.

10. *Sucedo também que após esse lapso de tempo o mestre seja não apenas esquecido, mas passo a ser negado.*
- Uma articulação temporal adequada estará preservada substituindo-se as formas sublinhadas do período acima por, respectivamente,
- (A) fosse – passaria
- (B) fosse – passando
- (C) seria – terá passado
- (D) será – passara
- (E) fosse – passasse

### Matemática e Raciocínio Lógico

11. O quadro a seguir mostra o número de processos analisados por 50 juízes em um determinado mês. Sabe-se que, no máximo, um juiz consegue avaliar 20 processos em um mês.

Número de Processos Analisados	Número de Juízes
10 ou menos.	6
11 a 15.	23
16 ou mais.	21

O maior valor que podemos encontrar para o número médio de processos por juiz é

- (A) 11,8
- (B) 16,5
- (C) 13,5
- (D) 15,6
- (E) 17,8
- 
12. Se  $x = 3$ , o valor da expressão  $\frac{2}{5} \left( -x - \frac{5}{3} \right) + \frac{(x+12)^2}{25}$  é:
- (A)  $\frac{103}{15}$
- (B)  $\frac{109}{15}$
- (C)  $\frac{103}{5}$
- (D)  $\frac{109}{5}$
- (E)  $\frac{107}{15}$
- 
13. Em uma viagem de 1200 km, Pedro completou  $\frac{2}{3}$  do trajeto a 80 km/h e o restante a 50 km/h. O tempo total da viagem de Pedro foi de
- (A) 10h
- (B) 18h
- (C) 15h
- (D) 13h
- (E) 16h
- 
14. Lourdes tem uma fita de 4,40 metros. Ela quer cortar a fita em pedaços de 0,5 metro e 0,7 metro de forma que reste o menor comprimento de fita possível. O número de pedaços de 0,7 metro que Lourdes deve cortar é
- (A) 4
- (B) 3
- (C) 2
- (D) 1
- (E) 6



15. Um número inteiro e positivo é chamado de bidivisível se ele é divisível por sua unidade e por sua dezena, por exemplo, 36 é bidivisível, pois é divisível por 3 e por 6. A quantidade de números bidivisíveis entre 10 e 30 é
- (A) 2
  - (B) 6
  - (C) 4
  - (D) 5
  - (E) 3

### Noções de Legislação

16. No âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, de acordo com a Resolução CSJT nº 360/2023, a qual regulamenta a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no primeiro e segundo graus, toda conduta que possa configurar assédio ou discriminação poderá ser noticiada
- (A) apenas pela pessoa que se perceba alvo de assédio ou discriminação no trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.
  - (B) por qualquer pessoa que se perceba alvo de assédio ou discriminação no trabalho, apenas.
  - (C) por qualquer pessoa que tenha conhecimento de fatos ocorridos com terceiro que possam caracterizar assédio ou discriminação no trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho, apenas.
  - (D) apenas pelo Ministério Público do Trabalho.
  - (E) por qualquer pessoa que se perceba alvo de assédio ou discriminação no trabalho, bem como por qualquer pessoa que tenha conhecimento de fatos que possam caracterizar assédio ou discriminação no trabalho.
17. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, dentre outros casos, haverá convocação de juiz de primeiro grau para atuação no segundo grau de jurisdição para substituição no
- (A) gabinete do desembargador que integrar banca de concurso para juiz substituto, durante a elaboração e correção das respectivas provas.
  - (B) caso de afastamento por qualquer motivo de membro do Tribunal, em prazo superior a quinze dias.
  - (C) gabinete do desembargador eleito para compor a direção do Tribunal, nos noventa dias anteriores à posse.
  - (D) gabinete do desembargador, nos noventa dias que antecederem sua aposentadoria compulsória ou a partir da data da remessa do seu requerimento ao Tribunal Superior do Trabalho.
  - (E) gabinete do desembargador Coordenador do CEJUSC/JT – 2º Grau, e de seu suplente nos casos de ausências, impedimentos e suspeições do titular, nos processos de competência da Turma e da Seção Especializada, quando a movimentação processual média do respectivo CEJUSC no último triênio for igual ou superior a mil novos processos anuais.
18. De acordo com o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Resolução Administrativa nº 11/2022), a penalidade de censura ética a servidor por infração às normas constantes no referido Código
- (A) terá, quando aplicada, seu registro cancelado após o decurso de dois anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova violação às normas estipuladas no mesmo Código.
  - (B) não poderá, em nenhuma hipótese, ser aplicada concomitantemente com outra penalidade disciplinar.
  - (C) não será registrada nos assentamentos funcionais do servidor, se aplicada, nem após o trânsito recursal.
  - (D) poderá ser aplicada concomitantemente com outra penalidade disciplinar, quando a infração for capitulada pela legislação própria.
  - (E) terá, quando aplicada, seu registro cancelado após o decurso de um ano de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova violação às normas estipuladas no mesmo Código.
19. De acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024, a qual dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário,
- (A) o relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão deverá ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 30 de junho do ano posterior ao que se refere.
  - (B) o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, não compõe o Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário.
  - (C) os órgãos do Poder Judiciário não monitorarão os resultados dos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) e de suas respectivas metas.
  - (D) os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos duas vezes ao ano.
  - (E) os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental até o ano 2030 (Agenda 2030 – ONU), a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento.



20. Considere:

- I. O prazo para interposição de recurso em matéria administrativa é de trinta dias.
- II. Ao Ministério Público do Trabalho serão remetidos processos para parecer, obrigatoriamente, quando for parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- III. Incumbe à Comissão de Jurisprudência, mediante iniciativa exclusivamente sua, propor a revisão das teses jurídicas prevalentes.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

---

### Noções de Direitos Humanos

21. De acordo com a Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 368/2023, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade é composto por membros efetivos, dentre eles por

- (A) um(a) Ministro(a) Coordenador(a), que presidirá o Comitê, e um(a) Ministro(a) Vice-Coordenador(a), ambos(as) indicados(as) pela Presidência do TST.
- (B) 24 magistrados(as), representando cada um dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho do país, indicados(as) pela Presidência do CSJT.
- (C) um(a) único servidor(a), que poderá ser do TST ou do CSJT, indicado(a) pela Presidência do CSJT ou TST, conforme o caso.
- (D) 5 magistrados(as), representando cada uma das 5 regiões do país, indicados(as) pela Presidência do CSJT.
- (E) 27 magistrados(as), representando cada um dos 26 estados do país mais o Distrito Federal, indicados(as) pela Presidência do CSJT.

22. A Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência afirma que

- (A) os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para dotar os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público de sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão.
- (B) uma criança com deficiência, cuja família imediata não tenha condições de dela cuidar, será cuidada, primeiramente, pela comunidade e, se isso não for possível, os Estados Partes farão todo esforço para que cuidados alternativos sejam oferecidos por outros parentes da criança.
- (C) os Estados Partes, para a realização do direito à educação, assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos ensinos primário, secundário e superior inclusivos, de qualidade e gratuitos.
- (D) os membros do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência serão eleitos para mandato de quatro anos, sendo vedada a reeleição.
- (E) o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência submeterá todo ano à Assembleia Geral e ao Conselho Econômico e Social um relatório de suas atividades e poderá fazer sugestões e recomendações gerais baseadas no exame dos relatórios e nas informações recebidas dos Estados Partes.

23. Uma convenção internacional sobre direitos humanos aprovada, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros

- (A) será equivalente à emenda constitucional, pois atingiu o quórum necessário dos votos dos respectivos membros do Congresso Nacional.
- (B) será equivalente à emenda constitucional, independentemente do *quórum* de aprovação, pois versa sobre Direitos Humanos.
- (C) não será equivalente à emenda constitucional, pois, para tanto, teria que ter sido aprovada, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) não será equivalente à emenda constitucional, pois versa sobre Direitos Humanos.
- (E) não será equivalente à emenda constitucional, pois nenhuma convenção internacional pode ter essa equivalência, sendo a Constituição Federal soberana.

24. De acordo com o Estatuto de Roma – promulgado pelo Decreto nº 4.388/2002, o Tribunal Penal Internacional NÃO terá competência para julgar

- (A) crimes de guerra.
- (B) o crime de agressão, desde que cumpridas as disposições pertinentes.
- (C) o crime de tráfico de drogas.
- (D) crimes contra a humanidade.
- (E) o crime de genocídio.



25. Considere:

- I. Não se admitirá qualquer restrição ou suspensão dos direitos humanos fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos em virtude de leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob pretexto de que referido Pacto não os reconheça ou os reconheça em menor grau.
- II. Qualquer pessoa que seja privada de sua liberdade por prisão ou encarceramento terá o direito de recorrer a um tribunal para que este decida sobre a legalidade de seu encarceramento e ordene sua soltura, caso a prisão tenha sido ilegal.
- III. O Comitê de Direitos Humanos, composto de 27 membros, estudará os relatórios apresentados pelos Estados Partes do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, não transmitindo, entretanto, aos Estados Partes seu próprio relatório.

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

#### Noções de Informática

26. As últimas versões do navegador Mozilla Firefox trazem o modo de navegação com privacidade aprimorada, que oferece proteção avançada contra rastreamento, bloqueando *cookies* de terceiros e *scripts* de rastreamento automaticamente. A guia de Privacidade e Segurança, que contém as definições de privacidade aprimorada, pode ser acessada digitando-se na barra de endereços do navegador:

- (A) `settings:preferences#privacy`
- (B) `firefox://preferences/privacy`
- (C) `about://settings/privacy`
- (D) `firefox://settings/privacy`
- (E) `about:preferences#privacy`

27. No Windows 11, para facilitar o acesso, pastas podem ser fixadas no Acesso Rápido do Explorador de Arquivos clicando-se

- (A) no menu Arquivo e na opção Fixar no Acesso rápido.
- (B) com o botão direito do mouse sobre o nome da pasta e selecionando a opção Fixar no Acesso rápido.
- (C) no menu Opções e na opção Fixar no Acesso rápido.
- (D) com o botão direito do mouse sobre o nome da pasta, selecionando Criar Atalho e selecionando Acesso Rápido.
- (E) no menu Opções, na opção Pastas e, em seguida, em Fixar no Acesso rápido.

28. Um usuário do Windows 11 teve sua máquina comprometida por um *malware*. Após uma análise técnica, verificou-se que a infecção ocorreu porque ele havia desativado o antivírus nativo do sistema operacional. Esse antivírus é conhecido como:

- (A) *Microsoft Defender Antivirus*.
- (B) *Windows Firewall Antivirus*.
- (C) *Microsoft Kaspersky Antivirus*.
- (D) *Bitdefender Antivirus*.
- (E) *Microsoft Avast Antivirus*.

29. Uma organização possui escritórios em diferentes cidades do país e uma equipe de colaboradores que frequentemente trabalha de forma remota. Para garantir a produtividade e a colaboração, os funcionários precisam acessar os servidores internos da empresa, que armazenam documentos sigilosos e sistemas administrativos essenciais. No entanto, a equipe de TI da organização identificou que alguns funcionários estão se conectando a esses sistemas por redes Wi-Fi públicas, o que representa um risco à segurança dos dados. Para que os colaboradores remotos acessem a rede interna da organização de forma segura, a solução mais adequada é

- (A) configurar um servidor web externo, acessível por HTTP, para disponibilizar os documentos e sistemas administrativos, permitindo que os funcionários acessem os dados sem necessidade de autenticação.
- (B) obrigar que os colaboradores utilizem redes Wi-Fi domésticas ao invés de redes públicas para acessar os servidores da organização, garantindo uma conexão mais confiável.
- (C) implementar um *firewall* adicional nos servidores da organização, bloqueando o acesso externo e permitindo apenas conexões HTTP de IPs específicos cadastrados previamente.
- (D) configurar uma rede privada virtual (VPN), permitindo que os funcionários estabeleçam uma conexão criptografada com a rede interna da organização, garantindo segurança no acesso remoto.
- (E) habilitar a autenticação multifator (MFA) nos sistemas administrativos, garantindo que apenas funcionários autenticados possam acessar os servidores da organização, sem necessidade de criptografar a conexão.

30. No Google planilhas, para retirar da frase TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO apenas o trecho REGIONAL DO TRABALHO, deve-se utilizar a instrução:

- (A) `=EXTRAIR.TEXTO("TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO";10;20)`
- (B) `=SUBSTRING("TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO";10;20)`
- (C) `=EXT.TEXTO("TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO";10;20)`
- (D) `=EXTRAIR.TEXTO("TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO";20;10)`
- (E) `=MEIO("TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO";10;20)`

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

**Atenção:** Considere a Constituição Federal de 1988 para responder às questões de números 31 a 36.

31. Elisabeth, 66 anos de idade, brasileira nata, é professora. Letícia, neta de Elisabeth, 14 anos de idade, brasileira nata, é estudante. Javier, marido de Elisabeth, 59 anos de idade, brasileiro naturalizado, é contador. Com base apenas nas informações fornecidas, nessas situações, o voto é
- (A) obrigatório para Javier, facultativo para Elisabeth e proibido para Letícia.
  - (B) obrigatório para Elisabeth e Javier, e proibido para Letícia.
  - (C) facultativo para Elisabeth e proibido para Javier e Letícia.
  - (D) proibido para Elisabeth, Javier e Letícia.
  - (E) facultativo para Elisabeth, Javier e Letícia.
- 
32. Isabela nasceu em Luxemburgo quando sua mãe, brasileira, lá estava a serviço do Brasil. Matteo nasceu no Brasil quando sua mãe, italiana, aqui estava a serviço da Itália. Rubens nasceu na África do Sul, quando seus pais, brasileiros, lá estavam visitando parentes, tendo sido registrado em repartição brasileira competente. Considerando apenas as informações fornecidas, o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal pode ser ocupado por
- (A) Rubens, apenas.
  - (B) Matteo, apenas.
  - (C) Isabela e Rubens, apenas.
  - (D) Isabela, Matteo e Rubens.
  - (E) Matteo e Rubens, apenas.
- 
33. Os moradores do bairro "X" na cidade do Rio de Janeiro pretendem criar uma associação chamada "Associação Amigos do Bairro X" para fins lícitos, sem caráter paramilitar, com o intuito de defender os seus interesses. A criação dessa associação
- (A) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
  - (B) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
  - (C) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
  - (D) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
  - (E) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- 
34. Considere:
- I. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
  - II. Os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
  - III. Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 15% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política dos homens e das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
- Com relação aos partidos políticos, está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) III, apenas.
- 
35. Maressa, brasileira naturalizada, 40 anos de idade, é advogada com 15 anos de efetiva atividade profissional. Renato, brasileiro nato, 61 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com 20 anos de efetivo exercício. Sandra, brasileira nata, 55 anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com 17 anos de efetivo exercício. Considerando que todos possuem notório saber jurídico e reputação ilibada, com base somente nas informações fornecidas, nessas situações, um Tribunal Regional do Trabalho poderia ser composto, dentre outros membros, por
- (A) Renato, apenas.
  - (B) Maressa e Renato, apenas.
  - (C) Renato e Sandra, apenas.
  - (D) Sandra, apenas.
  - (E) Maressa, Renato e Sandra.



36. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe, dentre outras hipóteses, processar e julgar, originariamente:
- (A) o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal; e julgar, em recurso ordinário, dentre outras hipóteses, o *habeas corpus* e o mandado de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
  - (B) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado; e julgar, em recurso ordinário, dentre outras hipóteses, o crime político.
  - (C) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Município, o Distrito Federal ou o Território; e julgar, em recurso ordinário, dentre outras hipóteses, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
  - (D) o crime político; e julgar, em recurso ordinário, dentre outras hipóteses, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
  - (E) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias; e julgar, em recurso ordinário, dentre outras hipóteses, as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

#### Noções de Direito Administrativo

37. A edição de um ato administrativo que reconhece a presença de requisitos legais concessivos de direito a um particular, deferindo o pleito apresentado,
- (A) tem natureza de ato discricionário, por promover a análise da presença dos requisitos legais, não podendo, portanto, ser objeto de revogação posterior.
  - (B) tem natureza de ato vinculado, considerando a constatação da presença dos requisitos previstos em lei, não havendo margem de apreciação de conveniência e oportunidade por parte do subscritor.
  - (C) pode ser objeto de anulação ou revogação, nos casos de vícios de legalidade, ou seja, demonstração superveniente de ausência de requisitos legais.
  - (D) pode ser objeto de revogação judicial, ante a demonstração de não preenchimento dos requisitos legais necessários para a outorga do direito.
  - (E) pode ser objeto de revisão pela própria Administração Pública, por se tratar de ato vinculado, passível de revogação diante de vício de legalidade demonstrado.
38. Editada uma lei estabelecendo direitos dos administrados de acesso a processos administrativos e atendimento em órgãos públicos, o Chefe do Poder Executivo da mesma esfera federativa editou decreto disciplinando as solicitações de vista aos processos, assim como previsões quanto ao controle de entrada e saída de pessoas dos prédios públicos onde funcionam as unidades administrativas de atendimento ao público.
- O decreto editado
- (A) é manifestação do poder regulamentar da Administração Pública, que se presta a explicitar e detalhar a forma de dar cumprimento às disposições legais regulamentadas.
  - (B) constitui expressão do poder disciplinar, decorrente da hierarquia estabelecida entre a Administração Pública e os administrados.
  - (C) é manifestação do poder de polícia da Administração Pública, que abrange a possibilidade de instituir restrições de direitos em face de leis autorizativas.
  - (D) decorre do poder normativo da Administração Pública, pois constitui a edição de decreto autônomo do Executivo, instituindo direitos e obrigações aos administrados em geral.
  - (E) foi regularmente editado, considerando que as disposições legais sejam constitucionais, pois cabe aos decretos regulamentares suprir as lacunas da lei, mediante exercício de competência legislativa concorrente.
39. A Lei nº 14.133/2021 estabelece, dentre os critérios de julgamento passíveis de serem estabelecidos para os procedimentos de licitação, que
- (A) o critério de técnica e preço considera a economicidade mitigada, ou seja, o menor dispêndio pela Administração Pública, pois privilegia sempre a melhor solução técnica.
  - (B) o critério do maior desconto só pode ser aplicado às licitações para aquisição de bens, não se destinando às contratações de prestação de serviços.
  - (C) o critério de técnica e preço pode ser empregado nas contratações de serviços contínuos, independentemente da natureza, mediante justificativa de interesse público.
  - (D) o critério de maior lance tem lugar nos procedimentos de licitação realizados sob a modalidade de leilão, esta que é aplicável às alienações de imóveis de propriedade dos entes públicos.
  - (E) os critérios de maior lance ou maior desconto são obrigatórios nas licitações realizadas sob a modalidade de concorrência.



40. A admissão de agentes públicos pela Administração Pública deve observar
- (A) o princípio da obrigatoriedade do concurso público para provimento de cargos, empregos e funções de confiança.
  - (B) a obrigatoriedade do concurso público de provas e títulos para seleção de servidores efetivos, dispensado o procedimento para a contratação de empregados públicos, porque sujeitos ao regime celetista.
  - (C) a obrigatoriedade da realização de concurso público para seleção de servidores efetivos e empregados públicos, não sendo obrigatório para o provimento de cargos em comissão ou designação para funções de confiança.
  - (D) o regime estatutário para provimento de cargos efetivos e empregos em comissão, obrigatório para a Administração Direta e para todas as pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta.
  - (E) o regime estatutário para os servidores efetivos e o regime celetista para os contratados para emprego público, cargo em comissão e função de confiança.
- 
41. As sanções aplicáveis em decorrência da prática de ato de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429/1992,
- (A) abrangem a possibilidade de suspensão dos direitos políticos, por prazo estabelecido pelo juiz, não podendo exceder 18 anos.
  - (B) abrangem a possibilidade de decretação da perda da função pública, não sendo admitida a extensão dessa sanção a outros vínculos funcionais que o servidor público tenha na Administração Pública.
  - (C) incluem a previsão de imposição de multa civil como forma de mitigação das sanções mais gravosas, não se admitindo a cumulação com outras penalidades, sejam de natureza política ou administrativa.
  - (D) só podem ser aplicadas a agentes públicos, de quaisquer esferas federativas, não cabendo extensão a particulares, pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da possibilidade de submissão a responsabilidade civil ou criminal.
  - (E) incluem a possibilidade de imposição de proibição de contratar com o poder público, ainda que esta sanção seja destinada a pessoa jurídica da qual o particular seja sócio majoritário.
- 
42. O controle externo dos atos praticados pela Administração Pública difere do controle interno em relação
- (A) ao momento de incidência, vez que o controle exercido pela própria Administração Pública pode se dar antes ou depois da edição do ato, enquanto o controle externo só é exercido após a respectiva publicação.
  - (B) aos limites de extensão, pois só o controle interno, exercido pela própria Administração, pode analisar o mérito dos atos administrativos vinculados, com vistas a sua revogação.
  - (C) a legitimação ativa para seu exercício, enquadrando-se como controle interno o exercido pelo Tribunal de Contas e como controle externo aquele a cargo do Poder Judiciário.
  - (D) aos limites de apreciação, na medida em que a análise promovida pelo Poder Judiciário não pode incluir a revisão da opção feita pela Administração Pública dentre as alternativas legalmente possíveis, enquanto o controle interno pode admitir revisão dos atos discricionários por critérios de conveniência e oportunidade.
  - (E) aos agentes públicos que os praticam, pois na Administração Pública somente os servidores públicos efetivos podem exercê-lo, enquanto os legitimados ao controle externo podem fazê-lo independentemente do vínculo funcional mantido.

#### Noções de Administração Pública

43. Considere que, como resultado de diagnóstico organizacional de determinada entidade, tenha sido verificado que gestores de um dos setores (Setor A) apresentam uma quantidade significativa de decisões não programadas em comparação com os demais setores, estes que apresentam maior percentual de decisões programadas. Tendo em vista as características desses dois tipos de decisões, conforme descritas pela doutrina, é correto concluir que
- (A) o setor no qual se verificou maior número de decisões não programadas apresentou, em tais situações, problemas ou desafios que demandaram soluções não padronizadas e não disponíveis no acervo da organização.
  - (B) os gestores do Setor A não seguiram as melhores práticas e os mecanismos de conformidade vigentes na organização, adotando decisões que não representam o tratamento adequado para o problema subjacente.
  - (C) ocorreram circunstâncias emergenciais, que demandaram dos gestores do Setor A tomadas de decisões de caráter provisório e que devem ser substituídas, o mais rápido possível, por decisões programadas de acordo com os processos de trabalho vigentes.
  - (D) existe uma grande assimetria entre os gestores da organização, eis que aqueles que adotaram um maior percentual de decisões não programadas revelam grau de maturidade significativamente inferior em relação aos demais.
  - (E) a entidade deverá rever seus fluxos de trabalho e alçadas decisórias, eis que decisões não programadas, dado o risco que embutem, só devem ser tomadas pela alta administração da organização.
- 
44. Entre os vícios e desvios que podem ocorrer em um processo de avaliação de desempenho de integrantes de uma organização pública ou privada, tem-se o denominado Efeito Horn, verificado quando
- (A) o avaliador atua de forma leniente, evitando apontar as deficiências dos avaliados e apresentando resultados que se situam dentro de uma mesma média de atuação esperada.
  - (B) a avaliação considera apenas aspectos relativos à personalidade e ao caráter do avaliado, positivos ou negativos, sem considerar os resultados efetivos de sua atuação para a organização.
  - (C) o avaliador baliza a avaliação individual a partir de um aspecto negativo da performance ou comportamento do avaliado, gerando uma generalização que compromete o resultado final.
  - (D) o avaliador mostra-se extremamente rígido e adota *standards* excessivamente altos e de difícil atingimento pelos avaliados, gerando um resultado global da avaliação distorcido em relação às performances esperadas.
  - (E) a avaliação apresenta viés de favorecimento em relação a alguns avaliados que possuam acesso ao avaliador ou que ocupem posição de destaque na organização.



45. O fenômeno da motivação no ambiente de trabalho é objeto de estudo por vários autores e entre as teorias difundidas sobre o tema, tem-se que a Teoria X, desenvolvida por McGregor, sustenta
- (A) que o trabalho é algo natural para os indivíduos que vivem em sociedade, e um sistema adequado de reforço e recompensas é suficiente para manter a motivação.
  - (B) uma concepção negativa da natureza humana, dado que o homem médio evita o trabalho e necessita ser controlado e dirigido.
  - (C) a importância do reforço negativo em relação aos denominados elementos sabotadores da motivação, como críticas e punições.
  - (D) que existem 3 tipos de personalidade em um ambiente de trabalho, cabendo ao gestor identificar e apoiar aqueles que são indutores da motivação do grupo (Tipo X).
  - (E) a prevalência dos fatores sociais em relação a recompensas estritamente financeiras como sustentação da motivação do indivíduo médio, que busca aprovação do grupo.
- 
46. Robert Blake e Jane Mouton desenvolveram, nos anos 1960, um modelo de análise comportamental dos líderes que ainda hoje é bastante utilizado, conhecido como grid (ou grade) gerencial. O modelo de avaliação de estilos de liderança proposto pelos autores é representado por uma tabela de dupla entrada, composta por um eixo vertical e um horizontal, que representam, respectivamente:
- (A) carisma – legitimação pelos subordinados.
  - (B) conhecimento técnico – habilidades socioemocionais.
  - (C) resultados financeiros – clima organizacional.
  - (D) autocontrole – senso crítico.
  - (E) ênfase nas pessoas – ênfase na produção (tarefa).
- 
47. Uma organização que adote o modelo de gestão por projetos com ênfase na ferramenta *Program Evaluation and Review Technique* (PERT) estima o tempo de execução de um projeto tomando por base
- (A) o caminho crítico, correspondente aos gargalos que dificultam o avanço do projeto.
  - (B) a mediana do prazo de conclusão de projetos similares em períodos recentes.
  - (C) o tempo médio dispendido em projetos semelhantes por organizações de referência.
  - (D) a média ponderada de cenários: pessimista, otimista e mais provável.
  - (E) o conjunto de eventos não gerenciáveis que podem inviabilizar ou atrasar o projeto.
- 
48. No contexto da evolução das teorias das organizações, a denominada Teoria da Contingência predica que
- (A) a organização é de natureza sistêmica, isto é, ela é um sistema aberto, sendo que as características ambientais são as variáveis independentes, enquanto as características organizacionais são variáveis dependentes daquelas.
  - (B) a organização constitui um sistema fechado, hermético e que não deve sofrer os influxos dos cenários externos, mas apenas criar mecanismos para mitigar os efeitos de eventuais interações indesejadas.
  - (C) toda organização deve possuir um planejamento para situações normais e outro para situações de crise, cabendo a aplicação do modelo contingente sempre que as variáveis se comportarem de forma diversa daquela projetada.
  - (D) os administradores não devem considerar fatores exógenos à organização, os quais constituem eventos contingentes, positivos ou negativos, e, portanto, alheios ao sistema organizacional.
  - (E) as organizações dividem-se em dois tipos: abertas e fechadas; sendo que estas últimas são mais fortemente sujeitas às ameaças e aos desafios presentes no ambiente em que se inserem.

#### Noções de Direito do Trabalho

49. Durante o período aquisitivo de férias, Luigi faltou injustificadamente ao trabalho 16 dias. Ao receber de seu empregador a comunicação de concessão de férias, foi informado que terá direito a férias de
- (A) 30 dias.
  - (B) 18 dias.
  - (C) 20 dias.
  - (D) 12 dias.
  - (E) 24 dias.
- 
50. Neusa foi contratada em 02/01/2025 e foi dispensada sem justa causa por seu empregador em 14/03/2025. Considerando que, no momento da dispensa, o valor do salário de Neusa era de R\$ 3.600,00, de acordo com as disposições legais que regem o 13º salário, ela
- (A) tem direito de receber, juntamente com as demais verbas rescisórias, 13º salário proporcional no valor de R\$ 900,00.
  - (B) tem direito de receber, juntamente com as demais verbas rescisórias, 13º salário proporcional no valor de R\$ 1.800,00.
  - (C) tem direito de receber, juntamente com as demais verbas rescisórias, 13º salário proporcional no valor de R\$ 600,00.
  - (D) não tem direito de receber, juntamente com as demais verbas rescisórias, 13º salário proporcional, tendo em vista que não completou 6 meses de trabalho no ano respectivo.
  - (E) não tem direito de receber, juntamente com as demais verbas rescisórias, 13º salário proporcional, pois não tinha completado ainda um ano de serviço.



51. Randolpho foi contratado pela empresa Linux Informática Ltda. em 02/01/2019. Sendo dispensado sem justa causa em 14/03/2025, de acordo com as previsões legais aplicáveis, Randolpho tem direito a um aviso prévio de
- (A) 30 dias.
  - (B) 60 dias.
  - (C) 48 dias.
  - (D) 45 dias.
  - (E) 90 dias.
- 
52. O diretor geral da Importare Importação e Exportação Ltda., que fica no Rio de Janeiro, pretende transferir alguns empregados, mas, antes, solicita ao departamento jurídico da empresa a análise das situações específicas, em relação às quais o jurídico, visando o cumprimento da legislação e do entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) através de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, recomenda que:
- (A) para o empregado "X" seja pago adicional de 20% do salário, tendo em vista que ele será transferido provisoriamente para Salvador.
  - (B) para o empregado "Y", que será transferido provisoriamente para Santos, não seja pago adicional de transferência, pois ele é exercente de cargo de confiança.
  - (C) mesmo sem haver necessidade de serviço comprovada, a transferência do empregado "W" será considerada válida, tendo em vista que ele é exercente de cargo de confiança, o que permite que o empregador realize a transferência sem qualquer restrição.
  - (D) a transferência do empregado "Z" não implica em qualquer exigência de pagamento por parte da empresa, pois, embora o local seja mais distante e ele necessite mudar seu domicílio, não está a mais de 100 quilômetros de sua residência.
  - (E) sobre os salários que serão pagos ao empregado "K", que será transferido para prestar serviços em outro país, incide o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 
53. A empresa Contact Assessoria em Telecomunicações Ltda. pretende adotar o regime de teletrabalho para parte de seus empregados. De acordo com as disposições legais, entre as regras que a empresa deve seguir, tem-se:
- (A) Pagar horas extras aos empregados submetidos a esse regime que prestem serviços por produção ou tarefa.
  - (B) O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, bem como de *softwares*, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado, sempre constitui tempo à disposição ou regime de prontidão ou de sobreaviso.
  - (C) Não é permitida a adoção desse regime de trabalho para estagiários e aprendizes.
  - (D) Deverá ser dada prioridade para adoção desse regime de trabalho aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 4 anos.
  - (E) A alteração do regime de trabalho presencial para o telepresencial somente é válida se previsto em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho.
- 
54. Uma vez instituída Comissão de Conciliação Prévia no âmbito da empresa Money Financiamento e Crédito S.A., entre as regras legais que devem ser seguidas está a de que
- (A) haverá na Comissão tantos suplentes quantos forem os respectivos titulares, sendo que aos que representam os empregados é assegurada estabilidade no emprego até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.
  - (B) metade de seus membros seja indicada pelo empregador e a outra metade seja indicada pelos empregados.
  - (C) a Comissão seja composta por, no mínimo, dois e, no máximo, 8 membros.
  - (D) o mandato dos membros da Comissão, titulares e suplentes, será de um ano, não permitida a recondução.
  - (E) o representante dos empregados deverá se afastar de suas atividades na empresa durante o mandato, mas esse tempo será computado como tempo de serviço para todos os efeitos legais.

### Noções de Direito Processual do Trabalho

55. Sobre os atos, termos e prazos no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais, é correto afirmar que
- (A) os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e serão realizados nos dias úteis das 6 às 18 horas, sem prorrogação.
  - (B) a penhora poderá ser realizada em sábado, domingo ou feriado, mas somente mediante autorização expressa do juiz.
  - (C) o curso do prazo processual será interrompido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
  - (D) a interrupção dos prazos processuais entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, não impede a realização de audiências ou de sessões de julgamento.
  - (E) os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, quando o juízo entender necessário ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.



56. Sobre as custas e emolumentos no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais:
- (A) no processo de execução, são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final, sendo as relativas aos atos dos oficiais de justiça fixadas por diligência realizada.
  - (B) as custas serão pagas pelo vencido no prazo de 5 dias após a publicação da decisão e, no caso de recurso, deverão ser pagas e comprovado o recolhimento no máximo até 5 dias após a interposição.
  - (C) tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá subsidiariamente pelo pagamento das custas devidas.
  - (D) não são isentas de custas as autarquias e fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ainda que não explorem atividade econômica.
  - (E) as entidades fiscalizadoras do exercício profissional são isentas de custas.
- 
57. Sobre partes e procuradores no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais:
- (A) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, por um representante nomeado *ad hoc* pelo Juiz da Infância e da Juventude.
  - (B) no processo do trabalho, as partes devem ser representadas apenas por intermédio de advogado ou do sindicato.
  - (C) nos dissídios coletivos, é necessária a assistência por advogado.
  - (D) a constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
  - (E) a constituição de procurador com poderes para o foro em geral somente pode ser efetivada mediante juntada aos autos de procuração escrita, com indicação expressa dos poderes conferidos, e com assinatura da parte representada.
- 
58. Sobre honorários de sucumbência no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais:
- (A) ao advogado que atua em causa própria não são devidos honorários de sucumbência.
  - (B) na reconvenção, também são devidos honorários de sucumbência.
  - (C) os honorários são devidos nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria, mas não nas ações contra a Fazenda Pública.
  - (D) é permitida a compensação entre os honorários de sucumbência recíproca arbitrados pelo juiz na hipótese de procedência parcial.
  - (E) vencido o beneficiário da justiça gratuita, a exigibilidade dos honorários de sucumbência ficará suspensa pelo prazo de 5 anos, contados da data do trânsito em julgado da decisão que os fixou, sendo que somente após esse prazo poderá o credor executar tais honorários.
- 
59. Sobre a forma da reclamação e notificação no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais:
- (A) sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a exposição detalhada e exaustiva dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado, mas que não precisa ter indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.
  - (B) é incabível a notificação por edital no processo do trabalho, tendo em vista a simplificação dos atos processuais e a celeridade que se deve imprimir ao processo, visando o recebimento pelo trabalhador de verbas de natureza alimentar.
  - (C) sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, desde que se trate de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.
  - (D) após o recebimento e protocolo da reclamação, o escrivão ou secretário notificará o reclamado, no prazo de 5 dias, dos termos da ação e da data da audiência, que será a primeira desimpedida, depois de 15 dias.
  - (E) sendo verbal, a reclamação será reduzida a termo, em três vias, sendo que uma ficará na Vara do Trabalho, outra será entregue ao reclamante e a outra será enviada ao reclamado.
- 
60. Sobre os recursos no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais:
- (A) cabe agravo de instrumento das decisões interlocutórias proferidas pelo juiz.
  - (B) o recurso ordinário é cabível das decisões definitivas ou terminativas das Varas e das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, seja nos dissídios individuais, seja nos dissídios coletivos.
  - (C) o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, não sendo permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
  - (D) será suspensa a execução da sentença pela interposição de agravo de instrumento contra o despacho que não receber agravo de petição.
  - (E) o recurso de revista somente será admitido nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo em caso de violação direta e literal da Constituição Federal.



### PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

**Instruções Gerais:** Conforme Edital publicado, Capítulo 12 [...] 12.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no caderno de provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 12.11 Na **Prova Discursiva-Redação**, deverá ser rigorosamente observado o **limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à **Prova Discursiva-Redação**. 12.12 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de **0 (zero) a 10 (dez)**. 12.12.1 Para os candidatos que concorrerem às vagas de ampla concorrência considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido **nota igual ou superior a 6,00 (seis) pontos**. [...] 12.12.2.1 Restará habilitado o candidato com deficiência, o candidato autodeclarado negro e o candidato autodeclarado indígena que tiver obtido, **nota igual ou superior a 4,80 (quatro vírgula oitenta)**.

“A crase não existe para humilhar ninguém”, costumava declarar nas entrevistas o poeta Ferreira Gullar.

*Essa sua frase provocadora abarca mais do que o simples emprego do sinal de crase: sugere que as normas básicas da linguagem escrita existem para aprimorar a comunicação e a expressão das nossas ideias e dos nossos sentimentos, e não para envergonhar a quem, por alguma razão, não tenha tido acesso ao conhecimento delas.*

Redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você discutirá esse posicionamento de Ferreira Gullar.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	